

Volume

31/1

ICH - UFPel



História em revista

revista do núcleo de documentação histórica

Acervos: Diferentes suportes de memória

Reitoria

Reitora: *Ursula Rosa da Silva*

Vice-Reitor: *Eraldo dos Santos Pinheiro*

Chefe de Gabinete da Reitoria: *Renata Vieira Rodrigues Severo*

Pró-Reitor de Ensino: *Antônio Maurício Medeiros Alves*

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: *Marcos Britto Corrêa*

Pró-Reitor de Extensão e Cultura: *Fábio Garcia Lima*

Pró-Reitora de Planejamento e Desenvolvimento: *Aline Ribeiro Paliga*

Pró-Reitora de Assuntos Estudantis: *Josy Dias Anacleto*

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas: *Taís Ullrich Fonseca*

Pró-Reitora de Ações Afirmativas e Equidade: *Cláudia Daiane Garcia Molet*

Superintendente do Campus Capão do Leão: *José Rafael Bordin*

Superintendente de Gestão Administrativa: *Mariana Schardosim Tavares*

Superintendente de Gestão da Informação e

Comunicação: *Christiano Martino Otero Ávila*

Superintendência de Inovação e Desenvolvimento

Interinstitucional: *Vinícius Farias Campos*

Superintendência de Infraestrutura: *Everton Bonow*

Superintendência do Hospital Escola: *Tiago Vieiras Collares*

Instituto de Ciências Humanas

Diretor: *Prof. Dr. Sebastião Peres*

Vice-Diretora: *Profa. Dra. Andréa Lacerda Bachettini*

**Núcleo de Documentação História da UFPEL –
Profa. Beatriz Loner**

Coordenadora:

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Membros do NDH:

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes

Prof. Dr. Jonas Moreira Vargas

Prof. Dra. Márcia Janet Espig

Técnico Administrativo:

*Cláudia Daiane Garcia Molet – Técnica em Assuntos
Educacionais*

Paulo Luiz Crizel Koschier – Auxiliar em Administração

História em Revista - Publicação do Núcleo de
Documentação Histórica – Profª. Beatriz Loner**Comissão Editorial:**

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes

Profa. Dra. Eliane Cristina Deckmann Fleck

Profa. Dra. Márcia Janet Espig

Prof. Dr. Jornas Vargas

Paulo Luiz Crizel Koschier

Conselho Editorial:

*Profa. Dra. Alexandrine de La Taille-Trétinville U.,
Universidad de los Andes, Santiago, Chile*

*Profa. Dra. Ana Carolina Carvalho Viotti (UNESP -
Marília)*

Profa. Dra. Beatriz Teixeira Weber (UFSM)

Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt (UFRGS)

Prof. Dr. Carlos Augusto de Castro Bastos (UFPA)

*Prof. Dr. Claudio Henrique de Moraes Batalha
(UNICAMP)*

Prof. Dr. Deivy Ferreira Carneiro (UFU)

Profa. Dra. Gisele Porto Sanglard (FIOCRUZ)

*Prof. Dr. Jean Luiz Neves Abreu (Universidade Federal
de Uberlândia)*

Profa. Dra. Joan Bak (Univ. Richmond – USA)

Profa. Dra. Joana Maria Pedro (UFSC)

Profa. Dra. Joana Balsa de Pinho, Universidade de Lisboa

*Profa. Dra. Karina Ines Ramacciotti,
(UBA/CONICET/Universidad de Quilmes)*

Profa. Ms. Larissa Patron Chaves (UFPEL)

*Profa. Dra. Maria Antônia Lopes (Universidade de
Coimbra)*

Profª. Dra. Maria Cecília V. e Cruz (UFBA)

*Profa. Dra. Maria de Deus Beites Manso (Universidade
de Évora)*

*Profa. Dra. Maria Marta Lobo de Araújo (Universidade
do Minho)*

*Profa. Dra. Maria Silvia Di Liscia (Universidad Nacional
de La Pampa – AR)*

*Profa. Dra. Maria Soledad Zárate (Universidad Alberto
Hurtado – Chile)*

Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos (UFF)

*Prof. PhD Pablo Alejandro Pozzi (Universidad de
Buenos Aires).*

Prof. Dr. Robson Laverdi (UEPG)

Profª. Dra. Tânia Salgado Pimenta (FIOCRUZ)

Profª. Dra. Tatiana Silva de Lima (UFPE)

Prof. Dr. Temístocles A. C. Cezar (UFRGS)

Prof. Dr. Tiago Luis Gil (UNB)

Prof. Tommaso Detti (Università Degli Studi di Siena)

Profa. Dra. Yonissa Marmitt Wadi (UNIOESTE)

Editora: Lorena Almeida Gill

*Editores do Volume: Ma. Ângela Beatriz Pomatti (Museu de
História da Medicina do RS), Dra. Lorena Almeida Gill
(NDH-UFPEL) e Dra. Véra Lúcia Maciel Barroso
(Arquivo Histórico do CHC - Centro Histórico-Cultural
Santa Casa Porto Alegre)*

Editoração e Capa: Paulo Luiz Crizel Koschier

*Imagem da capa: Trabalho de higienização de acervo do
NDH-UFPEL. Fonte: Núcleo de Documentação
Histórica da UFPEL – Profa. Beatriz Loner*

*Pareceristas ad hoc: Dra. Adriana Fraga da Silva
(FURG); Dra. Ana Celina Figueira da Silva (UFRGS);
Dra. Beatriz Teixeira Weber (UFSM); Dra. Cassia Silveira
(UFRGS); Dr. Charles Monteiro (PUCRS); Dra. Cíntia
Vieira Souto (UFRGS/MP-RS); Dra. Claudira do*

Socorro Cirino Cardoso (Secretaria de Educação do Pará); Dr. Cristiano Henrique de Brum (FIOCRUZ); Dra. Daiane Brum Bitencourt (UFRGS/PUCRS); Dr. Daniel Luciano Gevehr (FACCAT); Dra. Daniele Gallindo (UFPEL); Dra. Elis Regina Barbosa Angelo (UFRRJ); Dra. Jaqueline Hasan Brizola (FIOCRUZ); Dra. Leticia Brandt Bauer (UFRGS); Dra. Maira Ines Vendrame (UFPEL/UFJF); Dra. Márcia Regina Bertotto (UFRGS); Dr. Marcos Witt (Instituto Histórico de São Leopoldo-RS); Dra. Maria Teresa Santos Cunha (UFSC); Dra. Mariseti Cristina Soares (UFT); Dra. Mariluci Cardoso Vargas (PNUD/MDHC/Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos); Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira (UFPEL); Dr. Rejane Silva Penna (Arquivo Histórico do RS); Dra. Rosane Marcia Neumann (FURG/UNIPAC); Dr. Tiago da Silva Cesar (UFRPE/UNICAP); Dr. Wilian Junior Bonete (UFPEL)

Editora e Gráfica Universitária

Conselho Editorial

Presidente do Conselho Editorial: Ana da Rosa Bandeira

Representantes das Ciências Agrárias: Sandra Mara da Encarnação Fiala Rechsteiner (TITULAR), Cássio Cassal Brauner e Viviane Santos Silva Terra

Representantes da Área das Ciências Exatas e da Terra: Aline Joana Rolina Wohlmuth Alves dos Santos (TITULAR), Felipe Padilha Leitzke e Werner Krambeck Sauter

Representantes da Área das Ciências Biológicas: Rosângela Ferreira Rodrigues (TITULAR) e Marla Piumbini Rocha

Representantes da Área das Engenharias: Reginaldo da Nóbrega Tavares (TITULAR)

Representantes da Área das Ciências da Saúde: Claiton Leonetti Lencina (TITULAR)

Representantes da Área das Ciências Sociais Aplicadas: Daniel

Lena Marchiori Neto (TITULAR), Bruno Rotta Almeida e Marislei da Silveira Ribeiro

Representantes da Área das Ciências Humanas: Maristani Polidori Zamperetti (TITULAR) e Mauro Dillmann Tavares

Representantes da Área das Linguagens e Artes: Chris de

Azevedo Ramil (TITULAR), Leandro Ernesto Maia e

Vanessa Caldeira Leite

Seção de Pré-Produção – Isabel Cochrane, Suelen Aires Böettge

Seção de Produção

Preparação de originais – Eliana Peter Braz, Suelen Aires Böettge

Catálogo – Madelon Schimmelpfennig Lopes

Revisão textual – Anelise Heidrich, Suelen Aires Böettge

Projeto gráfico e diagramação – Fernanda Figueredo Alves, Alice Martins de Lima (Bolsista)

Coordenação de projeto – Ana da Rosa Bandeira

Seção de Pós-Produção – Marisa Helena Gonsalves de Moura, Eliana Peter Braz, Newton Nyamasege Marube

Projeto Gráfico & Capa – Paulo Luiz Crizel Koschier

Rua Benjamin Constant 1071 – Pelotas, RS
Fone: (53) 98115-2011

Edição: 2026/1
ISSN – 2596-2876

Indexada pelas bases de dados: Worldcat Online Computer Library Center | Latindex | Livre: Revistas de Livre Acesso | International Standard Serial Number | Worldcat | Wizdom.ai | Zeitschriften Datenbank

UFPEL/NDH/Instituto de Ciências Humanas

Rua Cel. Alberto Rosa, 154 - Pelotas/RS - CEP: 96010-770

Fone: (53) 3284 3208

Disponível em

<https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/HistRev/index>

e-mail: historiaemrevista@ufpel.edu.br

Dados de Catalogação na Publicação (CIP) Internacional
Simone Godinho Maisonave – CRB 10/1733
Biblioteca de Ciências Sociais – UFPEL

H673 História em Revista [recurso eletrônico] : (Dossiê : Acervos : Diferentes suportes de memória) / Núcleo de Documentação Histórica da UFPEL – Profa. Beatriz Loner, v.31, n.1, jan. 2026. – Pelotas: UFPEL/NDH, 2026 – 484 p. ; 18,1 MB

Semestral
e-ISSN: 2596-2876
Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader
Disponível em:
<https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/HistRev/index>

1. História – Periódico 2. Acervos 3. Museus

CDD: 907

MULHERES NEGRAS NO BRASIL E PERSPECTIVAS DECOLONIAIS NO ENSINO DE HISTÓRIA: A URGÊNCIA DA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

BLACK WOMEN IN BRAZIL AND DECOLONIAL PERSPECTIVES IN HISTORY TEACHING: THE URGENCY OF A BIBLIOGRAPHIC REVIEW

Verônica Kollar Marques Bovo

Possui graduação pela Universidade de São Paulo (2005), MBA em Gestão Escolar pela USP, especialização em Computação Aplicado à Educação pela USP e é mestranda em Educação com pesquisa sobre ensino de história decolonial. É professora de história da Escola Villare. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em ensino aprendizagem, atuando em sala de aula desde 2006, de maneira ininterrupta.

E-mail: veronica.bovo@uscsonline.com.br

Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-2547-0161>

Athena Montalvão Milani

Graduação em Psicologia pela Universidade Metodista de São Paulo (1988). Especialista em Psicologia Organizacional também pela Universidade Metodista, com formação em Coordenação de Grupos Operativos pelo Instituto Pichon Rivière.

E-mail: athena.milani@uscsonline.com.br

Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-2843-2442>

Priscila Ferreira Perazzo

Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo. Docente nos cursos de Comunicação Social na Universidade Municipal de São Caetano

Resumo. Este artigo analisa a algumas produções bibliográficas sobre mulheres negras no Brasil e suas relações com o ensino de História em perspectiva decolonial. A partir de um levantamento de produções acadêmicas entre 2019 e 2025, e da análise dos principais marcos legislativos da educação brasileira, discute-se como a presença da mulher negra permanece silenciada ou reduzida a narrativas de vitimização. Ao transformar esse olhar, enfatiza-se o protagonismo feminino negro em múltiplas formas de resistência, das revoltas e quilombos à preservação cultural e religiosa e a necessidade de repensar currículos oficiais como a BNCC e o Currículo Paulista. O estudo aponta que, apesar das legislações antirracistas, as práticas educacionais ainda enfrentam limitações estruturais e políticas. Conclui-se que uma pedagogia decolonial, crítica e interseccional, é fundamental para promover justiça social, ampliar a memória coletiva e construir narrativas históricas mais inclusivas.

Palavras-chave. Mulher Negra; Ensino de História; Decolonialidade; Historiografia.

Abstract. This article analyzes the historiography of Black women in nineteenth-century Brazil and its relationship with the teaching of History from a decolonial perspective. Based on a survey of academic works published between 2019 and 2025 and an analysis of the main legislative milestones in Brazilian education, it discusses how Black women's presence has remained silenced or limited to victimizing narratives. By shifting this perspective, the study highlights Black women's protagonism in multiple forms of resistance — from revolts and quilombos to cultural and religious preservation — and the need to rethink official curricula such as the BNCC and the Currículo Paulista. Findings indicate that, despite anti-racist legislation, educational practices still face structural and political limitations. It concludes that a decolonial, critical, and intersectional pedagogy is essential to foster social justice, expand collective memory, and build more inclusive historical narratives.



Mulheres Negras no Brasil e Perspectivas Decoloniais no Ensino de História: a urgência da revisão bibliografia

do Sul (USCS), atua nas áreas de acervos digitais, história oral, história do teatro, cultura e resistência, Estado Novo e suas ações de repressão

E-mail: prisperazzo2@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9073-075X>

Keywords: Black women; History teaching; Decoloniality; Historiography.

Introdução

A legislação brasileira garante o direito e a obrigatoriedade do ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira, ratificando a LDB (Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) desde 2003. Mais de vinte anos depois, a plenitude da aplicação da Lei Nº 10.639/2003 não ocorreu nas escolas de todo o país. Destacamos aqui o artigo 1º desta lei que trata:

O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.¹

474

Não se trata de estudarmos a história dos africanos somente a partir da colonização europeia na América e da vinda de africanos escravizados, como se, somente a partir deste momento, a África existisse como continente africano, com seus diversos povos e culturas que constituem a identidade brasileira em sua formação.

Fausto (2001, p. 32) afirma que grande parte da sociedade no Brasil colonial era composta por africanos e seus descendentes, de acordo com os indicadores de população, chegando a 79% na Bahia no final do século XIX. São estas pessoas que, com os povos indígenas e o povo europeu colonizador, marcaram a trajetória no país. Suas culturas e cosmovisões são, por vezes e de maneira sistemática, invisibilizadas e silenciadas no que diz respeito à constituição de suas histórias. Existem inúmeras questões em relação ao ensino de história na educação brasileira que estão ligadas a muitos desafios, especialmente quando se consideram as influências da colonialidade, que é uma espinha profundamente cravada no conhecimento da "branquitude", como afirmam Sousa e Silva (2024).

Também lidam com o fato de que essa herança colonial é frequentemente evidente na forma de narrativas históricas que representam desigualmente diferentes grupos sociais do Ocidente, o que se chama de privilégio do conhecimento europeu e a

¹ BRASIL. **Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003**. D.O.U. de 10 de janeiro de 2003.



prevalência de sua narrativa histórica, da sua cultura, política, sexualidade, religião, em detrimento de grupos considerados subalternizados.

A decolonialidade representa um outro modo de compreender a História, questionando o olhar como brasileiros e brasileiras compreendem o acultramento sofrido pelos povos indígenas, o apagamento de muitas culturas e a construção de uma ideia preconceituosa sobre eles, que os inferioriza e os menospreza. Tratar a vinda de africanos e africanas à América apenas como componente necessário ao funcionamento do mercantilismo, sem reconhecer suas identidades culturais africanas, tomados somente como mão de obra no sistema colonial, não é mais a História adequada a ser ensinada aos estudantes de ensino fundamental II, por não permitir uma nova construção narrativa sobre os acontecimentos com seres humanos em condições de subalternidade e opressão, compreendendo-os como sujeitos de uma história, mesmo que nessas condições.

Certamente há uma urgência em repensar os sistemas educacionais e, particularmente, o ensino de História no Brasil, para que possam contribuir para o desmantelamento dessas barreiras, bem como para a prática de um ensino menos sujeito aos preconceitos que afirmam sistemas de dominação, como aqueles característicos do racismo e do sexismo, por exemplo. Conforme analisa Carneiro (2011), o ensino no país muitas vezes reproduz opressões interseccionais, exigindo uma abordagem crítica que contempla raça e gênero.

O ensino de História no Brasil permanece fortemente marcado pela colonialidade. As narrativas escolares ainda privilegiam uma visão eurocêntrica, masculina e elitista, relegando as populações negras e indígenas a papéis secundários. A sala de aula, nesse contexto, constitui-se como espaço de disputa ideológica, onde se decide quais vozes são legitimadas e quais são silenciadas.

Como afirmam autoras como Sueli Carneiro (2011) e Nilma Lino Gomes (2017), o currículo tradicional, quando não questionado, reforça desigualdades de gênero e raça ao invisibilizar experiências de mulheres negras. Nesse sentido, torna-se urgente pensar metodologias de ensino capazes de promover rupturas, abrindo espaço para práticas decoloniais que valorizem as resistências históricas e culturais da população negra, em especial das mulheres.

A colonialidade, entendida como um padrão de poder originado no colonialismo, permanece até hoje na imposição de categorizações sociais e na configuração dos modos de pensar e de ser. Por seu caráter estrutural, que alcança tanto as dimensões subjetivas e os imaginários quanto a colonização epistemológica, a colonialidade segue profundamente enraizada nos sistemas educacionais, independentemente dos marcos históricos e políticos de emancipação, incluindo, no caso brasileiro, a Independência em 1822.

Para uma ação decolonial, é necessária uma transformação radical da arquitetura epistêmica do ensino de História. Isso significa questionar os próprios processos de produção, legitimação e difusão do conhecimento, interrogando quais vozes são autorizadas e quais permanecem silenciadas. Como destaca Quijano (2005), a



colonialidade do saber perpetua hierarquias de conhecimento que privilegiam epistemologias eurocêtricas, relegando as epistemologias negras, indígenas e femininas à condição de subalternas. Assim, a decolonização do ensino exige romper com esses padrões de validação epistêmica.

Os desafios no ensino de História não se limitam a questões raciais, de gênero ou de posição social, tomadas isoladamente; ao contrário, devem ser compreendidos em sua natureza genuinamente interseccional. A resistência das mulheres negras precisa ser analisada por meio de um olhar que articule simultaneamente raça, gênero e grupo social, evidenciando como essas dimensões se cruzam para moldar tanto a agência histórica quanto os processos de marginalização. Nesse sentido, a proposta de Crenshaw (1989) sobre interseccionalidade é central, pois permite compreender como múltiplas formas de opressão se sobrepõem. Tal perspectiva demanda uma pedagogia crítica e avançada, alinhada às reflexões de Mignolo (2010) sobre desobediência epistêmica, capaz de reconhecer e valorizar essas interações.

Desse modo, este artigo tem como objetivo analisar a uma amostra da bibliografia produzida academicamente no Brasil, sobre mulheres negras e suas relações com o ensino de História em perspectiva decolonial, entre o período de 2019 e 2025. Além disso, busca discutir as contribuições dessas obras para a construção de uma pedagogia decolonial e interseccional que valorize as mulheres negras como agentes históricos centrais, ao mesmo tempo em que problematiza as limitações das políticas educacionais vigentes (como a BNCC e o Currículo Paulista), com o intuito de propor caminhos para o fortalecimento de uma educação antirracista, inclusiva e socialmente transformadora.

Principais marcos legislativos da educação no Brasil

A trajetória da legislação educacional no Brasil evidencia avanços importantes, mas também revela lacunas persistentes.

A história do ensino de História no Brasil é caracterizada também pelo reflexo das mudanças sociais e políticas do país. Como afirmam Silveira e Nascimento (2021), a educação formal foi fortemente marcada por práticas pedagógicas e currículos europeus, desde o período colonial. Um primeiro passo importante foi a promulgação, em 15 de outubro de 1827, da Lei Geral, a primeira lei de educação do país, assinada por D. Pedro I, que levou à educação primária de crianças de 7 a 14 anos, nas maiores cidades e vilas do Brasil. O primeiro marco legislativo estabeleceu um sistema formal de educação, embora ainda dominado por visões coloniais.

No que diz respeito às possibilidades de uma perspectiva decolonial para o ensino da História no Brasil podemos ter como ponto de partida os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), da década de 1990, que incorporaram "temas transversais", dos quais a diversidade cultural fez parte, porém como uma demanda inicial que critica minimamente o modelo de ensino da identidade nacional na história baseado em uma visão eurocêntrica.



A reforma mais significativa ocorreu quando a Lei nº 10.639/03 foi implementada em 9 de janeiro de 2003. A legislação exigiu que todas as escolas de ensino fundamental e médio (públicas e privadas) incluíssem o estudo da história e cultura afro-brasileira em seu currículo. A lei é considerada um passo importante para abordar o racismo estrutural e aumentar a conscientização sobre a importância da população afro-brasileira na constituição da identidade nacional, apreciando suas contribuições culturais, sociais e econômicas.

Incorporando à Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), sob a Lei nº 10.639/03, podemos encontrar dois artigos importantes que fortalecem a discussão em torno da inserção da cultura africana e afro-brasileira no currículo do país: o Artigo 26-A, que impõe o ensino da história e cultura afro-brasileira em todo o sistema educacional nacional, em diferentes disciplinas escolares, destacando a perspectiva das contribuições e presença dos homens negros na formação e construção da direção social, econômica e política e o Artigo 79-B, que determina a incorporação ao calendário escolar do Dia Nacional da Consciência Negra, em 20 de novembro, considerando a memória de Zumbi dos Palmares e a luta histórica da população negra.

A Lei nº 11.645/08, de 10 de março de 2008, acrescentou a história e cultura dos povos indígenas à lista de assuntos que devem ser abordados na escola. As duas leis são vistas como instrumentos integrais para a construção de uma educação antirracista e multicultural no Brasil. O Plano Nacional de Educação - PNE, formalmente aprovado pela primeira vez em 2001 (Lei nº 10.172/2001) e agora regulamentado pela Lei nº 13.005/2014 (para o período de 2014-2024), também figura como importante. O PNE tem repercussões no ensino de história por meio da promoção da integração das histórias e culturas afro-brasileira, africana e indígena, bem como com decisões que orientam a produção da BNCC, como analisado por Cordeiro, Vieira e Brito (2022), que examinam as conexões entre o Plano Nacional de Educação e as orientações para o ensino de história e destacam lacunas em sua aplicação real.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada em 2018, consolidou competências e habilidades consideradas essenciais para a formação dos estudantes. No entanto, sua implementação recebeu críticas devido à superficialidade com que questões raciais e de gênero foram abordadas, limitando-se muitas vezes a menções periféricas.

Apesar de seu potencial transformador, a implementação da Lei nº 10.639/03 tem se mostrado problemática, sendo pouco aplicada em grande parte das escolas brasileiras. A ausência de objetivos pedagógicos claramente definidos, somada à falta de uma estrutura institucional que assuma a responsabilidade pela execução, transfere para os professores a carga exclusiva de sua aplicabilidade. Observa-se uma lacuna significativa entre o princípio normativo estabelecido pela legislação e sua efetivação nas práticas escolares. Como apontam Gomes (2017) e Munanga (2005), esse descompasso revela não apenas a insuficiência das políticas educacionais no enfrentamento ao racismo estrutural, mas também a necessidade de formação docente contínua e de um compromisso institucional que vá além da mera formalidade legal.





Embora o Brasil possua uma legislação avançada que garante o ensino da história afro-brasileira e indígena nas escolas, reconhecendo legalmente o compromisso com a diversidade, sua aplicação prática é insuficiente e desigual. Essa não-aderência evidencia uma resistência estrutural mais profunda, ancorada na colonialidade do conhecimento e do ser (Quijano, 2005), que persiste em moldar currículos e práticas pedagógicas. A mera existência da lei, ainda que fundamental, não basta para desmontar as estruturas coloniais enraizadas no sistema educacional. A transformação necessária deve ultrapassar o campo normativo, alcançando a forma como a cultura escolar é construída e como os professores são formados, em direção a uma pedagogia crítica e decolonial (Mignolo, 2010; Walsh, 2017).

A aprovação de leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08, que enfatizam as histórias afro-brasileira e indígena, não aconteceu isoladamente. Por exemplo, a Lei nº 10.639 foi "o produto de uma 'luta substancial dos movimentos negros'". Isso mostra que a mudança na política educacional frequentemente acontece em resposta a uma luta e movimentos sociais de longa data das comunidades.

Apesar dos avanços formais, a efetivação das políticas educacionais encontra obstáculos práticos, que vão desde a falta de formação docente até a resistência política em incluir vozes historicamente silenciadas nos currículos escolares.

O estudo do ensino de História na perspectiva decolonial

Inicialmente, fizemos o levantamento de pesquisas correlatas ao tema deste estudo tendo como recorte temporal os anos 2019 a 2025, privilegiando artigos, dissertações e teses que tinham como foco o ensino de História na perspectiva decolonial e a história de mulheres pretas no Brasil.

Entre 2019 e 2025, diversas produções acadêmicas contribuíram para o debate sobre mulheres negras, ensino de História e perspectivas decoloniais.

Em 2019, Karoline Nascimento Miranda publicou o artigo *"Mulher negra, trabalho e resistência: escravizadas, libertas e profissões no século XIX"*. O estudo analisa as experiências de mulheres negras, escravizadas e libertas, na sociedade escravista brasileira, evidenciando suas relações sociais e condições de trabalho, e valorizando suas vozes como sujeitos históricos (Miranda, 2019).

No ano seguinte, encontramos três artigos sobre o tema. Adailles Aguiar Lima e Elivaldo Serrão Custódio (2020) lançaram o artigo *"Reflexões acerca da educação do negro no Brasil: um enfoque para a mulher negra"*, discutindo a trajetória da educação da população negra desde o período colonial até a contemporaneidade, com foco especial na luta das mulheres negras contra discriminações de gênero e cor. Outros dois trabalhos também foram publicados. Josiane Beloni de Paula e Elison Antonio Paim (2020) apresentaram *"Pedagogia decolonial: práticas de resistências negras"*, no qual defendem práticas pedagógicas antirracistas que valorizem narrativas negras e proponham alternativas para erradicação do racismo. Nivaldo Alexandre de Freitas, Camila Maria Santos de Pinho e Jessica Silva Cantão (2020) publicaram *"Cultura negra e educação antirracista no currículo escolar:"*



potencialidades do trabalho educativo por meio da literatura". Esse texto defende a literatura como ferramenta de conscientização sobre o racismo e de valorização da cultura negra, destacando a importância das narrativas de resistência (Freitas; Pinho; Cantão, 2020).

Em 2021, Anna Luiza Portugal Pereira Gomes apresentou a dissertação *"História do ensino de história da América: o olhar decolonial sobre a presença da América Latina em livros didáticos para o ensino médio"*, no Programa de Pós-graduação Mestrado Profissional em Ensino de História. A pesquisa revela a manutenção da ausência da América Latina nos livros didáticos e propõe alternativas pedagógicas decoloniais (Gomes, 2021). No mesmo ano, Maria Clara Araújo dos Passos e Bárbara Carine Soares Pinheiro (2021) publicaram o artigo *"Do epistemicídio à insurgência: o currículo decolonial da Escola Afro-Brasileira Maria Felipa (2018–2020)"*. As autoras discutem fundamentos decoloniais na construção curricular, contrapondo-se aos epistemicídios e reafirmando populações afrodescendentes como produtoras de conhecimento insurgente (Passos; Pinheiro, 2021). Também em 2021, Keide Iraci Marques Silva defendeu a tese *"Mulheres negras quilombolas: um estudo de caso sobre agência feminina na dinâmica da geração familiar, Barrinha, Bom Jesus da Lapa – Bahia"*. O estudo aborda as relações entre quilombo, gênero, raça e geração, ressaltando a agência das mulheres quilombolas (Silva, 2021).

Em 2022, Andréia Teixeira dos Santos e Marizete Lucini (2022) publicaram *"Decolonialidade, ensino de história e educação das relações étnico-raciais"*, defendendo a decolonialidade como caminho para revisão das narrativas eurocêntricas. No mesmo ano, Mirla Cisne e Fernanda Ianael (2022) lançaram *"Vozes de resistência no Brasil colonial: o protagonismo de mulheres negras"*, enfatizando a liderança de mulheres negras nas lutas contra a escravização.

Em 2023, Gusmão Freitas Amorim (2023) refletiu sobre a experiência da Escola Afro-Brasileira Maria Felipa em *"Ensino de História e decolonialidade"*, apontando a necessidade da decolonialidade como eixo de ensino. Marques Ferreira Barbosa e Vitor Sousa Cunha Nery (2023) publicaram *"Ensino de História em perspectiva decolonial: relato crítico-reflexivo sobre noção de tempo e periodização da história desde uma escola quilombola"*, ampliando as possibilidades metodológicas da educação quilombola.

No ano de 2024, Michele Guerreiro Ferreira, Janssen Felipe da Silva e Saulo Ferreira Feitosa publicaram *"Descolonizando o currículo: reflexões a partir da contribuição de Enrique Dussel para a construção de um currículo antirracista"*, refletindo sobre o ocultamento de sujeitos subalternizados nos currículos escolares (Ferreira; Silva; Feitosa, 2024). Patrícia Karla Soares Santos Dorotéo (2024) apresentou *"Ensino de história, relações étnico-raciais e decolonialidade: apropriações e possibilidades pedagógicas"*, baseada em dissertações do ProfHistória (Dorotéo, 2024). Nesse mesmo ano, Felipe Cromack de Barros Correia (2024) defendeu a tese *"A decolonialidade na história: uma análise das apropriações do ensino de História (1980–2023)"*, mapeando a entrada tardia das epistemologias decoloniais no campo do ensino.

Em 2025, Bianca Sgai Franco Medeiros explorou a formação decolonial de educadores por meio do Teatro do Oprimido em *"Por uma formação decolonial de educadores no Brasil"* (Medeiros, 2025). Janneyde da Silva, Aldieris Braz Amorim Caprini e Celio





Moacir dos Santos (2025) publicaram *“Um relato sobre a trajetória da mulher negra no Brasil: proposições decoloniais para um percurso antirracista e de empoderamento feminino”*, descrevendo práticas educacionais que promovem igualdade racial e de gênero.

A ideia de decolonialidade, presente nos trabalhos analisados, aponta para a urgência de superar as narrativas eurocentradas que tradicionalmente orientaram o ensino de História no Brasil. Ela opera como crítica ao colonialismo epistêmico, que invisibilizou resistências e contribuições históricas de mulheres negras. Os estudos revisados demonstram como práticas educativas, currículos e metodologias podem ser reconfigurados a partir de epistemologias insurgentes que recolocam as mulheres negras como produtoras de conhecimento e como sujeitos históricos ativos.

Analisando essa bibliografia sobre as mulheres negras no Brasil, pensadas em perspectiva decolonial, podemos perceber um campo em construção para repensar o ensino de História no Brasil. Ao adotar a perspectiva decolonial, o ensino de História deixa de reproduzir apenas visões lineares e hegemônicas, e passa a abrir espaço para uma pluralidade de vozes e experiências. Tal movimento não se limita a uma revisão de conteúdos, mas deslocar referenciais epistemológicos que sustentam a prática docente, reconhecendo saberes subalternizados e questionando hierarquias de poder na produção histórica. O levantamento das produções acadêmicas recentes oferece aos professores da disciplina a possibilidade de novas leituras historiográficas, recolocando as mulheres negras em outras posições. Essa bibliografia pode compor novos estudos de formação docente, para revisão das aulas de História, com conteúdos que evidenciem a presença das mulheres negras como protagonistas, modificando as frequentes e reduzidas narrativas de vitimização, quando, na realidade, essas mulheres exerceram papéis centrais nas lutas de resistência, emancipação e preservação cultural.

Os principais marcos legislativos da educação brasileira, no século XX, contribuem para impulsionar ações pedagógicas de cunho decolonial, revendo posições eurocêtricas e colonialistas da História do Brasil. A análise dessa bibliografia também se articula diretamente com as determinações legais das Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08, que tornam obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas. Os estudos aqui apresentados não apenas reforçam a necessidade de implementação dessas legislações, mas também oferecem caminhos práticos e teóricos para a sua efetivação. Ao evidenciar o protagonismo de mulheres negras e quilombolas, a presença de sujeitos historicamente silenciados e a valorização de saberes subalternizados, essas pesquisas materializam o que está previsto nas leis, que é a revisão crítica do currículo escolar em direção a uma educação antirracista, plural e decolonial. Assim, a produção acadêmica recente dialoga com o compromisso pedagógico estabelecido por essas legislações, apontando que não se trata apenas de incluir novos conteúdos, mas de promover uma transformação epistemológica no ensino de História.



Considerações Finais

Ao resgatar tais experiências, compreendemos que a construção de uma pedagogia crítica, decolonial e interseccional exige não apenas o reconhecimento das mulheres negras como agentes históricos, mas também a revisão das políticas educacionais vigentes, que permanecem limitadas em seu alcance transformador. A BNCC e o Currículo Paulista, embora representem avanços formais, ainda não conseguem incorporar de maneira consistente as contribuições das epistemologias negras e femininas.

A decolonialidade não é apenas uma abordagem teórica, mas uma prática de resistência que possibilita construir um ensino de História comprometido com a justiça social, com a igualdade racial e com a valorização das memórias silenciadas.

As perspectivas das ideias de decolonialidade apontam para a urgência de superar as narrativas eurocentradas que tradicionalmente orientaram o ensino de História no Brasil. Elas operam como crítica ao colonialismo epistêmico, que invisibilizou a agência de mulheres negras, suas resistências e contribuições históricas. Os estudos revisados demonstram como práticas educativas, currículos e metodologias podem ser reconfigurados a partir de revisões epistemológicas que recolocam as mulheres negras como produtoras de conhecimento e como agentes de suas próprias histórias. Adotando a perspectiva decolonial, o ensino de História deixa de reproduzir visões lineares, hegemônicas e eurocentradas, abrindo-se para a pluralidade de vozes e experiências, como as de mulheres negras, quilombolas, indígenas, reconhecendo saberes subalternizados e questionando hierarquias de poder na produção histórica.

Tais reflexões se articulam com as determinações das Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08, que tornam obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas. A bibliografia analisada evidencia o protagonismo de mulheres negras, bem como a valorização de saberes historicamente marginalizados. Tais pesquisas materializam o que está previsto nas leis, na direção a uma educação antirracista, plural e decolonial.

A produção acadêmica recente examinada neste artigo, referente ao período de 2019 a 2025, não se restringe à ampliação de conteúdos, mas aponta para uma transformação epistemológica no ensino de História, capaz de construir práticas educativas que reconheçam a centralidade das histórias afro-brasileira, respondemos ao problema proposto ao mostrar que a bibliografia sobre as mulheres negras, quando articulada ao ensino de História, oferece subsídios para romper com padrões eurocêntricos e sexistas, contribuindo para uma educação que seja de fato antirracista, inclusiva e socialmente transformadora. O caminho percorrido, da análise das obras à crítica das políticas educacionais, aponta para a urgência de práticas pedagógicas que fortaleçam a memória coletiva, valorizem a diversidade de sujeitos históricos e promovam justiça social no espaço escolar. Portanto, o ensino de História, em perspectiva decolonial, é também um ato político de resistência e de justiça social.



Referências

AMORIM, Gusmão Freitas. **Ensino de História e decolonialidade**. 2023. DOI: 10.29327/269579.6.2-8.

BARBOSA, Marques Ferreira; NERY, Vitor Sousa Cunha. **Ensino de História em perspectiva decolonial: relato crítico-reflexivo sobre noção de tempo e periodização da história desde uma escola quilombola**. 2023. DOI: 10.51359/2525-7668.2023.258950.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 2 out. 2025.

BRASIL. **Lei nº10.639, de 9 de janeiro de 2003**. D.O.U. de 10 de janeiro de 2003.

CANDAU, Vera Maria. **Educação intercultural: entre discursos e práticas**. Petrópolis: Vozes, 2012.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CORDEIRO, A. G. de S.; VIEIRA, A. C. de O.; BRITO, M. L. de A. **Entre leis e práticas: o Plano Nacional de Educação e o ensino de História**. HOLOS, v. 38, n. 6, e9957, 2022. DOI: 10.15628/holos.2019.9957.

CORREIA, Felipe Cromack de Barros. **A decolonialidade na história: uma análise das apropriações do ensino de História (1980–2023)**. 2024. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024. DOI: 10.17771/PUCRio.acad.68646.

CRENSHAW, Kimberlé. **Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics**. University of Chicago Legal Forum, Chicago, n. 1, p. 139-167, 1989.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. **Ch'ixinakax utxiwa: una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores**. Buenos Aires: Tinta Limón, 2010.

CISNE, Mirla; IANAEL, Fernanda. **Vozes de resistência no Brasil colonial: o protagonismo de mulheres negras**. 2022. DOI: 10.1590/1982-0259.2022.e84661.

DOROTÉIO, Patrícia Karla Soares Santos. **Ensino de história, relações étnico-raciais e decolonialidade: apropriações e possibilidades pedagógicas**. 2024. DOI: 10.5433/2238-3018.2024v30n1p183-205.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado, 2001.

FERREIRA, Michele Guerreiro; SILVA, Janssen Felipe da; FEITOSA, Saulo Ferreira. **Descolonizando o currículo: reflexões a partir da contribuição de Enrique**



Dussel para a construção de um currículo antirracista. 2024. Disponível em: <http://periodicos.uepa.br/cocar/article/view/8295>

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, Nivaldo Alexandre de; PINHO, Camila Maria Santos de; CANTÃO, Jessica Silva. **Cultura negra e educação antirracista no currículo escolar: potencialidades do trabalho educativo por meio da literatura.** Revista Exitus, v. 10, n. 1, p. e020076, 2020. DOI: 10.24065/2237-9460.2020v10n1ID828.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar, escrever, esquecer.** São Paulo: Editora 34, 2006.

GOMES, Anna Luiza Portugal Pereira. **História do ensino de História da América: o olhar decolonial sobre a presença da América Latina em livros didáticos para o ensino médio.** 2021. 145 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2021.

GOMES, Nilma Lino. **Movimento Negro e Educação.** Belo Horizonte: Mazza, 2017.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Centauro, 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LIMA, Adaíles Aguiar; CUSTÓDIO, Elivaldo Serrão. **Reflexões acerca da educação do negro no Brasil: um enfoque para a mulher negra.** Revista on line de Política e Gestão Educacional, v. 24, n. 3, p. 1312–1332, 2020. DOI: 10.22633/rpge.v24i3.13990.

MEDEIROS, Bianca Sgai Franco. **Por uma formação decolonial de educadores no Brasil.** 2025. DOI: 10.23925/2318-7115.2025V46I1E6804.

MIGNOLO, Walter. **Desobediencia epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad.** Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2010.

MIRANDA, Karoline Nascimento. **Mulher negra, trabalho e resistência: escravizadas, libertas e profissões no século XIX.** Epígrafe, v. 7, n. 7, p. 83–96, 2019. DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v7i7p83-96.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola.** Brasília: MEC/SECAD, 2005.

PAULA, Josiane Beloni de; PAIM, Elison Antonio. **Pedagogia decolonial: práticas de resistências negras.** 2020.

PASSOS, Maria Clara Araújo dos; PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Do epistemicídio à insurgência: o currículo decolonial da Escola Afro-Brasileira Maria Felipa (2018–2020).** Cadernos de Gênero e Diversidade, v. 7, n. 1, 2021. DOI: 10.9771/cgd.v7i1.43442.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.





QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. **Currículo Paulista: Etapas da Educação Básica**. São Paulo: Secretaria da Educação, 2019. Disponível em: <https://efape.educacao.sp.gov.br/curriculopaulista/>. Acesso em: 2 out. 2025.

SANTOS, Andréia Teixeira dos; LUCINI, Marizete. **Decolonialidade, ensino de história e educação das relações étnico-raciais**. *Cadernos Cajuína*, v. 7, n. 2, 2022. DOI: 10.52641/cadcajv7i2.577.

SILVA, Janneyde da; CAPRINI, Aldieris Braz Amorim; SANTOS, Celio Moacir dos. **Um relato sobre a trajetória da mulher negra no Brasil: proposições decoloniais para um percurso antirracista e de empoderamento feminino**. 2025. Disponível em: <https://revista.uemg.br/educacaoemfoco/article/view/8364>

SILVA, Keide Iraci Marques. **Mulheres negras quilombolas: um estudo de caso sobre agência feminina na dinâmica da geração familiar, Barrinha, Bom Jesus da Lapa – Bahia**. 2021. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021. DOI: 10.52641/cadcajv7i2.6.

SILVA, Maria do Socorro Sousa; SOUSA, Anna Vivianne Silva de. **O protagonismo da mulher Tremembé de outrora para o advento do Cuiabá na Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) de Sobral/CE**. *Revista Poíesis Pedagógica*, Catalão/GO, v. 22, e2024030, p. 1-13, dez. 2024. DOI: 10.69532/2178-4442.v22.74831.

SOUSA, Flávia Ribeiro de; SILVA, Janaína Guimarães da Fonseca e. O ensino decolonial: em busca de uma ampliação de olhares para o ensino de História. **Revista Eletrônica Leopoldianum**, Santos, v. 50, n. 140, 12 abr. 2024. DOI: 10.58422/releo2024.e1461. Disponível em: <https://doi.org/10.58422/releo2024.e1461>.

WALSH, Catherine. **Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir**. Quito: Abya-Yala, 2017.